

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/16828	22922/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

A não apresentação dos documentos de habilitação, e de acordo com o n.º 1 do artigo 86.º do CCP, na sua redação atual, implica a caducidade da adjudicação.

Por força do disposto do n.º 4 do mesmo artigo 86.º do CCP na sua redação atual, “o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente”.

Face ao exposto, submete-se à aprovação do executivo Municipal a proposta constante do ponto 2.º da informação de proposta de adjudicação, já previamente validada pela Sra. Vice Presidente da Câmara Municipal a 28 de maio de 2025, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2012 de 12 de setembro.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Leila Maria Ferreira Camacho (1 / 2)
Diretora de Divisão de Gestão Pública
Data: 28/05/2025
HASH: 34ec4e10ebb853f37e382cc9092809

BRAGA

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 28/05/2025
HASH: 225f29b0a31c3724ea3d79372833955

BRAGA

Código Validação: 92LHX7SFDDNPWXYPRG3MG3GWJ
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 1



Parecer

Propõe-se a aprovação das propostas constantes desta informação.

A chefe do DCP,

Despacho

Aprovo a proposta constante da presente informação.

O Presidente da Câmara,

1. Informação

Data

21/05/2025

ASSUNTO: DIREITO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2. Proposta

Notificação do Adjudicatário "JETSTAND –MONTAGEM DE STANDS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, LDA," da intenção de declarar a caducidade do ato de adjudicação, para que se pronuncie por escrito, no prazo de **5 (cinco) dias**, da intenção de decisão, em sede de audiência prévia.

3. Enquadramento

Procedimento por Concurso Público com publicitação no JOUE nos termos da alínea b) ou a), n.º 1, do art.º 20.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 para a LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos – Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS – CPI/01/25/DCP.

Na sequência da adjudicação, aprovada por despacho, em 12/05/2025, foi notificado, na plataforma eletrónica Vortal, o adjudicatário "JETSTAND –MONTAGEM DE STANDS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, LDA", daquele ato e da obrigação de apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 dias úteis, de acordo com o artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), cujo prazo terminou a 20/05/2025.

4. Análise

Decorrido esse prazo, verificou-se que o adjudicatário não entregou os documentos exigidos, nem solicitou ao órgão competente para que lhe fosse efetuada a prorrogação desse prazo.

Posto isto, da não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado no artigo 28º do programa de concurso decorre de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 86º do CCP, a **caducidade da adjudicação**, assim como uma **contraordenação muito grave**, punível nos termos do artigo 456.º do CCP.

5. Conclusões

- Assim sendo, o órgão competente para a decisão de contratar, **deve notificar** o adjudicatário de tal facto, para que em sede de audiência prévia, num prazo não superior **a 5 (cinco) dias úteis, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia**, de acordo o n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
- O órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, foi a Câmara Municipal uma vez que a totalidade dos lotes a concurso era superior a 748.196,85€.
- No entanto e relativamente ao presente lote e considerando o valor máximo das propostas apresentadas ao Lote 2 ser de 612.597,31€, **a competência já fica na esfera do Sr. Presidência, no âmbito da competência que lhe foi delegada** por deliberação da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021.

6. Assinatura

O Gestor do Procedimento

Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para adjudicação dos procedimentos, cuja autorização de despesa lhe caiba pertence ao Órgão Executivo.


Propõe-se a aprovação das propostas constantes da presente informação.

A chefe da DCP,

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 2.º da presente informação.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, deve a decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos, serem submetidas a aprovação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

 O Presidente da Câmara,

1. Informação

Data

28/05/2025

ASSUNTO: CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA PROPOSTA SUBSEQUENTE – Lote 2

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/01/25/DCP	617.080,08€	612.597,31€	Até 31/12/2025
Objeto	Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	Preço Base 617.080,08 €	Preço Adjudicado 612.597,31€

2. Proposta

- Notificação ao concorrente, "JETSTAND –MONTAGEM DE STANDS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, LDA" da caducidade da adjudicação do procedimento.
- Notificação ao concorrente "MULTITENDAS - COMÉRCIO E ALUGUER DE TENDAS,S.A" da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e aceitação da minuta de contrato.
- Decisão de nova adjudicação (86.º, n.º4);

- d. Redução do contrato a escrito (94.º);
- e. Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);

3. Enquadramento

- a. Procedimento por CP com publicitação no JOUE nos termos da alínea a), n.º 1, do art.º 20.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 para a LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos – Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS – CPI/01/25/DCP.
- b. Na sequência da adjudicação, aprovada em deliberação de executivo a 12/05/2025 foi notificado, na plataforma eletrónica, o adjudicatário “JETSTAND –MONTAGEM DE STANDS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, LDA”, daquele ato e da obrigação de apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 dias úteis, de acordo com o artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), cujo prazo terminava a 20/05/2025.
- c. Terminado esse prazo, verificou-se que o adjudicatário não entregou os documentos exigidos, nem solicitou ao órgão competente para que lhe fosse efetuada a prorrogação desse prazo.
- d. Tendo sido o concorrente “JETSTAND –MONTAGEM DE STANDS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, LDA”, notificado a 21/05/2025, da intenção de declarar a caducidade do ato de adjudicação, para que se pronunciasse, no prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, deste projeto de decisão, em sede de audiência prévia.

4. Análise

- a. Após notificação, da intenção da declaração de caducidade da adjudicação por falta da apresentação dos documentos de habilitação, em sede de audiência prévia, o concorrente apresentou uma declaração a informar que “ analisando o plano de trabalhos, verificou a insuficiência de recursos para a boa prestação de serviços designada pelo Procedimento de **“Locação de bens móveis –Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos”**, e por tal é forçada a retirar a proposta de imediato, evitando o possível incumprimento da parte da Jetstand.”
- b. Face ao exposto, a não apresentação dos documentos de habilitação, terá de ser imputado ao adjudicatário o que, de acordo com o n.º 1 do artigo 86. do CCP, na sua redação atual, implica a caducidade da adjudicação.

- c. Por força do disposto do n.º 4 do mesmo artigo 86.º do CCP na sua redação atual, "o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente".
- d. Assim sendo, de acordo com o relatório preliminar datado de 24/04/2025, a proposta ordenada em lugar subsequente é a da "MULTITENDAS - COMÉRCIO E ALUGUER DE TENDAS,S.A.", pelo valor de 612.597,31€ (s/IVA). Sendo necessário proceder à notificação da decisão de adjudicação, da apresentação dos documentos da habilitação, e da minuta do contrato, nos termos dos artigos 77.º, 85.º e 101.º do CCP na sua redação atual.
- e. Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O procedimento de abertura foi aprovado em reunião de câmara de 10/03 e a primeira adjudicação, que agora caduca foi aprovada em deliberação de executivo a 12/05/2025.

5. Conclusões

- a. Notificar o concorrente "JETSTAND –MONTAGEM DE STANDS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, LDA" da caducidade da adjudicação do procedimento.
- b. Notificar o adjudicatário "MULTITENDAS - COMÉRCIO E ALUGUER DE TENDAS,S.A" da adjudicação, da apresentação dos documentos de habilitação e da respetiva **caução no montante de 18.377,92 €**.
- c. É competente para decidir, o Presidente da Câmara Municipal de Braga, no exercício de competência própria de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

6. Anexo

Minuta do contrato

7. Assinatura

O Gestor do Procedimento